



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**  
**ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL**

**PROCESSO Nº. 50010.500013/2017-90**

**CONTRATO Nº 00025/2018**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
00025/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O DEPARTAMENTO  
NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT,  
POR INTERMÉDIO DO (A) ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS  
DO SUL E A EMPRESA UNISERV-UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA**

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, através da **ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL – AHSUL**, com sede na Praça Oswaldo Cruz, 15 – 3º andar – Centro – Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **04.892.707/0032-07**, neste ato representado pelo Coordenador Geral Hidroviário CEL. Arlindo Bonete Pereira, nomeado pela **Portaria nº 869, de 23/outubro/2017**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1567, de 24/agosto/2017, publicada em 25/agosto/2017, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa UNISERV-UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.294.475/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 295, CEP 90240-540, no município de Porto Alegre - RS, denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Maria Aparecida Monticelli, portadora da Carteira de Identidade nº 1037211909, e CPF nº 479073980-53, tendo em vista o que consta no Processo nº 50010.500013/2017-90, e o resultado final do Pregão nº 0517/2017-33, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de terceirizados, de natureza contínua, de porteiro/vigia/guarda patrimonial de empresas, associações, fundações, instituições de beneficência e entidades públicas – CBO 5174, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	UNIDADE	QUANT. POSTOS	QUANT. PESSOAS P/ POSTO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO POSTO (R\$)	VALOR DO ITEM MENSAL (R\$)	VALOR DO ITEM ANUAL (R\$)
1	1	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>DIURNO</b> Barragem/Eclusa Fandango	R\$ 3.379,85	R\$ 6.759,70	R\$ 81.116,40
	2	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Barragem/Eclusa Fandango	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
2	3	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Barragem/Eclusa Dom Marco	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
	4	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>DIURNO</b> Barragem/Eclusa Dom Marco	R\$ 3.379,85	R\$ 6.759,70	R\$ 81.116,40
	5	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Brragem/Eclusa Dom Marco - Vila	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
3	6	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Barragem/Eclusa Amarópolis	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
	7	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>DIURNO</b> Barragem/Eclusa Amarópolis	R\$ 3.379,85	R\$ 6.759,70	R\$ 81.116,40
4	8	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>DIURNO</b> Barragem/Eclusa Bom Retiro	R\$ 3.379,85	R\$ 6.759,70	R\$ 81.116,40

	9	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Barragem/Eclusa Bom Retiro	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
5	10	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>DIURNO</b> Barragem/Eclusa Terminal Carvão de Charqueadas	R\$ 3.379,85	R\$ 6.759,70	R\$ 81.116,40
	11	POSTO 12X36	1	2	Posto de serviço portaria/vigia/guarda patrimonial <b>NOTURNO</b> Barragem/Eclusa Terminal Carvão de Charqueadas	R\$ 4.348,89	R\$ 8.697,78	R\$ 104.373,36
VALOR TOTAL MENSAL								R\$ 85.985,18
oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos								
VALOR TOTAL ANUAL								R\$ 1.031.822,16
hum milhão, trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos								

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) Meses, com início na data de 24/02/2018 e encerramento em 23/02/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.3. A execução dos serviços será iniciada num prazo de até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 85.985,18 (oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.031.822,16 (hum milhão e trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39252/390075

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 26.784.2086.4349.0001 (PT RES 109879)

Elemento de Despesa: 339037

Nota de Empenho nº: 2018NE800004

4.2 - No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS**

5.1. Visando definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise – Acordo de Nível de serviço (ANS).

5.2. ANS é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios de prestação de serviços executados, com base nas quantidades de imperfeições de cada item a ser avaliado, conforme o ANEXO I deste Termo de Contrato.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO**

7.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, poderá ocorrer após observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 7.2, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

7.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV – Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

7.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.4.5. O prazo referido no subitem 6.1 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.4.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

7.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1 A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ 51.591,11 (cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais e onze centavos), através da Pottencial Seguradora na modalidade de Seguro Garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.

8.2 O regime jurídico da garantia é aquele previsto em edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

9.1 Regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, no CAPÍTULO IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no art. 28 do decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, e nas Instruções Normativas da CONTRATANTE Nº 01/2013 e INº 04/2015 ou outra que a venha substituir, e nas demais disposições da legislação vigente.

11.2Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 11.2.1 apresentar documentação falsa;
- 11.2.2 retardar a execução do objeto;
- 11.2.3 falhar na execução do contrato;
- 11.2.4 fraudar a execução do contrato;
- 11.2.5 comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.6 fazer declaração falsa; ou
- 11.2.7cometer fraude fiscal.

11.3Para os fins do item 11.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.4Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com a multa, com as seguintes penalidades:

- 11.4.1 advertência;
- 11.4.2 multa;
- 11.4.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 11.4.5 impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

11.5A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.



11.6A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.9O rito para o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR referente às infrações praticadas pelos fornecedores da CONTRATANTE é o previsto na IN 04/2015, ou outra que a venha substituir.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO**

12.1O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

14.1Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

14.4A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e

estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14.5A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

14.6O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Justiça Federal de Porto Alegre.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

---

CEL. Arlindo Bonete Pereira  
CPF 078.259.000 - 49  
Responsável legal da CONTRATANTE

---

Maria Aparecida Monticelli  
CPF nº 479.073.980 - 53  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

MARIA DA CONCEIÇÃO TONIETO  
CPF nº 167.368.260-04

---

PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO ZIMMER  
CPF nº 222.439.410-15

## ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, através da **ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL – AHSUL**, com sede na Praça Oswaldo Cruz, 15 – 3º andar – Centro – Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **04.892.707/0032-07**, neste ato representado pelo Coordenador Geral Hidroviário CEL. Arlindo Bonete Pereira, nomeado pela **Portaria nº 869, de 23/outubro/2017**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1567, de 24/agosto/2017, publicada em 25/agosto/2017, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa UNISERV-UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.294.475/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 295, CEP 90240-540, no município de Porto Alegre - RS, denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Maria Aparecida Monticelli, portador da Carteira de Identidade nº 1037211909, e CPF nº 479073980-53, tendo em vista o que consta no Processo nº 50010.500013/2017-90, e o resultado final do Pregão nº 0517/2017-33, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, firmam o presente Acordo de Nível de Serviços, como anexo ao contrato 00025/2018.

**1. Definição:** Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

**2. Objetivo a atingir:** Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

**3. Sanções:** Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

**4. Tabela de imperfeições**

**5. Pagamento**

5.1. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos neste Anexo. O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura mensal, de acordo com os serviços executados, subtraída a soma das imperfeições identificadas, conforme a tabela de faixas de percentuais de redução abaixo:

Grau	Correspondência
1	0,01% do valor do contrato
2	0,02% do valor do contrato
3	0,03% do valor do contrato

4	0,05% do valor do contrato
5	0,50% do valor do contrato
6	1,00% do valor do contrato

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	05
3	Utilizar as dependências da Superintendência Regional do DNIT – RO/AC para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
4	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por dia.	03
5	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	02
7	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
9	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
10	Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes, por ocorrência.	02
11	Permitir a presença de empregado mal apresentado ou sem a devida carta de apresentação; por empregado e por ocorrência.	01
	Para os itens a seguir, por deixar de:	
12	Executar serviço com o sigilo necessário, fazendo vazar informação; por ocorrência.	06
13	Providenciar manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços; por ocorrência.	04

14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
15	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	02
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
17	Pagar os salários dos funcionários até o 5º dia útil seguinte ao mês vencido; por funcionário e por dia.	02
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia	01
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
20	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
21	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
22	Apresentar carteira de trabalho assinada no dia da apresentação do funcionário; por dia.	01

As referidas multas serão cobradas mediante Guia de Recolhimento da União.

## 6. Recursos

6.1.A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer do resultado final do relatório da Fiscalização quanto às quantidades de imperfeições identificadas no período medido.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018

---

CEL. Arlindo Bonete Pereira  
CPF 078.259.000 - 49  
Responsável legal da CONTRATANTE

---

Maria Aparecida Monticelli  
CPF nº 479.073.980 - 53  
Responsável legal da CONTRATADA



## DESPACHO SELOG - AH - AHSUL

Processo nº 50010.500013/2017-90

### DECLARAÇÃO

Tendo em vista a publicação do decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, declaro estar em concordância com a emissão do **CONTRATO Nº 00025/2018** e do **ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS - SEi 0587193**, e assino eletronicamente abaixo.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

---

CEL. Arlindo Bonete Pereira

CPF 078.259.000 - 49

Responsável legal da CONTRATANTE

---

Maria Aparecida Monticelli

CPF nº 479.073.980 - 53

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

MARIA DA CONCEIÇÃO TONIETO

CPF nº 167.368.260-04

---

PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO ZIMMER

CPF nº 222.439.410-15



Documento assinado eletronicamente por **Luís Antônio Ribeiro, Chefe do Serviço de Recursos Logísticos, Informática, Cadastro e Licitação**, em 15/02/2018, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).  
Nº de Série do Certificado: 1614024



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Monticelli, Usuário Externo**, em 15/02/2018, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARLINDO BONETE PEREIRA, Coordenador-Geral Hidroviário**, em 15/02/2018, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Araújo Zimmer, Coordenador de Engenharia**, em 15/02/2018, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceição Tonieto, Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas**, em 15/02/2018, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0587193** e o código CRC **014380AA**.

Porto Alegre/RS, 15 de fevereiro de 2018.